

Derrocada. Ministério da Integração adianta ao ‘Estado’ que vai romper convênios da construtora com obra do São Francisco, cujo lote está parado e foi orçado em R\$ 265,4 milhões; empreiteira investigada na CPI do Cachoeira tinha mais de R\$ 100 milhões a receber

Delta será excluída da transposição e perde seu maior contrato com a União

Marta Salomon
Anne Warth / BRASÍLIA

Impedida de fechar novos negócios com a União, a Delta Construções perderá o maior dos contratos que ainda mantém com órgãos públicos. O ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, antecipou ao Estado a decisão de romper o contrato de obras de um dos lotes da transposição do Rio São Francisco, em Mauriti (CE), pelo qual a Delta ainda tinha mais de R\$ 100 milhões de obras a executar.

As obras no lote 6 da transposição estão paradas. Segundo adiantou o ministro, o que falta ser construído passará por nova licitação, provavelmente em setembro. Só com uma nova empreiteira no negócio as obras seriam retomadas, prevê Bezerra Coelho.

“Eles pararam a obra sem ter causa justificável para parar, estamos caminhando mesmo para rescindir o contrato”, disse o ministro por telefone, do Japão. Bezerra Coelho descartou a possibilidade de continuar a obra com as demais empreiteiras que integram o Consórcio Nordeste – EIT e Getel. “Para não incorrer em novos atrasos na transposição, o melhor é relícitar.”

A decisão de romper o contrato será formalizada até o fim do mês, quando o ministério concluir a auditoria no contrato de R\$ 265,4 milhões, assinado em 2008. O termo ganhou um aditivo no ano passado, antes de as investigações da Polícia Federal envolvendo a Delta se tornarem públicas. Trata-se do maior dos contratos que a empreiteira suspeita de integrar os negócios do



WILSON PEDROSA/AE-9/5/2012

Fim da linha. Obras em Mauriti, Ceará, no lote 6 da transposição, já estavam paralisadas pela empreiteira; Consórcio Nordeste deve ser desfeito

contraventor Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, tem com a União.

A empreiteira mantém pouco mais de cem contratos com órgãos do governo federal. Na maioria deles, a Delta presta serviços ao Departamento Nacio-

nal de Infraestrutura de Transportes (Dnit), vinculado ao Ministério dos Transportes. Mas o maior contrato prevê a construção de 39 dos cerca de 600 quilômetros de canais de concreto da transposição do São Francisco. No mês passado, a Delta foi de-

clarada inidônea e, com isso, ficou impedida de celebrar novos contratos com a União. O destino dos acordos em curso – que somam R\$ 1,2 bilhão ainda não pagos, conforme revelou o Estado em maio – ficou dependendo da conclusão de auditorias

nos ministérios e nos órgãos de controle, como a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU).

‘Plena capacidade’. Procurada ontem, a Delta alegou que “teria plena capacidade de entregar a

obra contratada”. Em nota, a empreiteira disse que a rescisão do contrato não vai impor demissões extras na empresa. Mais de 300 já teriam sido demitidos no canteiro da Delta na transposição. A empresa alega ter paralisado as obras do lote 6 a pedido do Ministério da Integração. A pasta nega a versão da Delta e informa que vinha cobrando a retomada imediata das obras.

O trecho da transposição em Mauriti (CE) será o último a ser concluído, de acordo com a mais recente versão do cronograma de obras. A previsão é que fique pronto no segundo semestre de 2015.

Iniciada em 2007 como a mais cara obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a transposição do São Francisco já deveria ter ficado pronta. Por falhas no projeto, os contratos iniciais ganharam aditivos e novas licitações de saldos remanescentes de obras elevaram o custo do projeto para R\$ 8,2 bilhões.

Construtora ainda é líder em pagamentos do governo

BRASÍLIA

Mesmo afastada de novos negócios a União, a Delta Construções ainda lidera o ranking das empresas que mais recebem dinheiro dos impostos.

Nesse ranking, a empreiteira só perde para a Embraer, fabricantes de aviões responsável pelo milionário projeto de desenvolvimento de um cargueiro mili-

tar para o Ministério da Defesa.

Os dados estão disponíveis no Portal da Transparência, com informações lançadas até o fim de maio. Na ocasião, a Delta já era alvo de um processo administrativo na Controladoria-Geral da União, que a proibiria de participar de concorrências públicas ou celebrar novos contratos no prazo de dois anos.

O processo foi aberto no fim

de abril, depois de investigações da Polícia Federal apontarem envolvimento da empresa com corrupção.

Administração direta. Conforme o portal, a Delta já recebeu este ano R\$ 226 milhões de órgãos da administração direta. A maior parte dos pagamentos partiu de contratos celebrados com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). A segunda maior parcela refere-se às obras da transposição do Rio São Francisco, pelas quais foram desembolsados mais de R\$ 23 milhões até o fim

de maio. O lugar da Delta no ranking ao fim do ano dependerá do destino dos contratos em curso com a União, objeto de audito-

● **Receita ativa**
R\$ 226 mi
foi o que a empreiteira Delta já recebeu neste ano de órgãos da administração federal

R\$ 2,4 bi
foi o total pago pela União para a Delta, entre 2009 e 2011

rias nos ministérios e nos órgãos de controle. Atualmente, ela ganha de todas as demais empreiteiras e demais empresas que prestam serviços ao governo. A construtora Norberto Odebrecht aparece na sequência, por causa das obras de instalação de estaleiro e base de construção para submarinos nucleares, contratada pelo Comando da Marinha. Entre 2009 e 2011, a Delta foi a empresa que mais recebeu recursos do contribuinte, por meio de órgãos da administração direta. Os gastos da União nesses três anos somaram R\$ 2,4 bilhões. /M.S.

PONTOS-CHAVE

Transposição está mais cara e atrasada

● **Início**
A obra teve início em 2007 e estava prometida para o fim do governo Lula, mas só deve ficar pronta em 2015. Até agora, apenas 36% do projeto foi concluído.

● **Abandono**
Em dezembro do ano passado, o Estado percorreu 100 km da extensão dos canais e denunciou o abandono da obra em vários trechos do percurso (foto).



WILSON PEDROSA/AE-30/11/2011

● **Custo**
Segundo o Ministério da Integração, a obra vai custar R\$ 8,2 milhões, um aumento de 71% em seus custos em relação à previsão inicial.

● **Novo problema**
Governo decide afastar a Delta da obra. A empreiteira tem contrato de R\$ 265,4 milhões num dos lotes da transposição, em Mauriti (CE).

Acordos entre empreiteira e Palmas serão investigados

Ordem partiu do Tribunal de Contas do Tocantins; para procurador-geral, há fortes indícios de favorecimento à empresa

Lailton Costa
ESPECIAL PARA O ESTADO / PALMAS

Os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado (TCE) do Tocantins aprovaram por unanimidade, ontem, a inspeção de todos os contratos firmados entre a Prefeitura de Palmas e a Delta

Construções. A inspeção vai verificar a execução financeira de todos os contratos. O procurador-geral de Contas, Oziel Pereira Gomes, autor do requerimento, vê indícios de favorecimento à empresa depois da divulgação de vídeos nos quais o prefeito de Palmas, Raul Filho (PT), aparece oferecendo oportunidades para o contraventor Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, em troca de apoio financeiro à sua campanha eleitoral de 2004.

“Em razão da gravidade dos fatos, há indícios que a Delta foi beneficiada e, ainda, que tal favore-

cimento pode indicar suposto dano ao erário”, disse Gomes.

Presidente do TCE, o conselheiro Severiano José Costandrade Aguiar, afirma que a equipe técnica do tribunal fará análise pormenorizada em todos os exercícios. “Vamos analisar desde a licitação à execução financeira do contrato, as medições realizadas e os respectivos pagamentos. Se verificarmos alguma irregularidade, imputaremos as falhas àquele que as causou”.

Irregularidades. Os ajustes entre a Delta e a prefeitura, realiza-

● **Dano ao Tesouro**

OZIEL PEREIRA GOMES
PROCURADOR-GERAL DE CONTAS (TO)
“Em razão da gravidade dos fatos, há indícios de que a Delta foi beneficiada e, ainda, que tal favorecimento pode indicar suposto dano ao erário”

dos desde 2006, quando a empresa começou a atuar em Palmas, foram considerados irregulares.

O contrato atual é de R\$ 71,9 milhões anuais. A prefeitura re-

correu para mudar a decisão que multou a administração petista. O recurso está pautado para esta quarta-feira. Mesmo com as contas municipais já julgadas e aprovadas pela corte de Contas, o conselheiro Aguiar afirma que, se a equipe de inspeção encontrar danos aos cofres municipais, o Ministério Público de Contas proporá a reabertura das contas municipais por meio de ação de revisão.

A Delta é alvo de outra inspeção do TCE-TO aprovada em setembro de 2011. O tribunal analisou o contrato da empresa com o governo estadual no valor de R\$

14,6 milhões. A empresa foi contratada, sem licitação, para os serviços de recuperação e roçagem em rodovias estaduais. O trabalho ainda não foi concluído.

Opromotor do Patrimônio Público Adriano Neves afirmou que estuda a melhor forma de ingressar na Justiça com nova ação cautelar para suspender o contrato entre a prefeitura e a Delta. “Até a semana que vem devo concluir o estudo para definir a melhor ação para pedir a suspensão”, disse o promotor, autor de ação civil ajuizada em 2010 que teve negação do pedido de liminar para anular o contrato. Neves ingressou com pedido de reconsideração dos pedidos liminares que ainda não foi apreciado pela Justiça.